

“Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Alexânia, para o exercício financeiro de 2013 e, dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA, APROVA E EU, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA, APROVA E EU, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Alexânia, para o exercício financeiro de 2013, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, composto pelas receitas e despesas dos Órgãos da administração direta, indireta e fundos especiais, estima a receita em R\$ 56.000.000,00 (Cinquenta e seis milhões de reais) e fixa a despesa em igual importância, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta, indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo Único – As receitas e as despesas estão estimadas segundo os preços vigentes em julho de 2012, valores que poderão ser automaticamente corrigidos antes do início da execução orçamentária, para preços de dezembro de 2012, utilizando, para tanto, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha substituí-lo, no período compreendido entre os meses de junho a novembro de 2012, incluídos os meses extremos do período, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013.

Art. 2º - A receita realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:



1 - RECEITAS DO TESOURO	
1.1- RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	7.312.000,00
Receita de Contribuições	1.872.500,00
Receita Patrimonial	349.500,00
Receita de Serviços	1.000,00
Transferências Correntes	41.318.950,00
Outras Receitas Correntes	552.000,00
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	
Operações de Créditos	2.000.000,00
Alienação de Bens	184.185,00
Transferências de Capital	8.044.265,00
Outras Receitas de Capital	
(-) Deduções da Receita Corrente	5.634.400,00
TOTAL	56.000.000,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo as discriminações das funções, órgãos e unidades orçamentárias, de acordo com o seguinte desdobramento:

I - DESPESAS POR FUNÇÃO	
1- DESPESAS COM RECURSOS DO TESOURO	
Legislativa	2.850.000,00
Judiciária	11.000,00
Administração	6.570.000,00
Segurança Pública	81.000,00
Assistência Social	2.337.000,00
Previdência Social	2.340.000,00
Saúde	11.501.000,00
Trabalho	188.500,00
Educação	14.459.500,00
Cultura	221.500,00
Urbanismo	2.065.500,00
Habitação	215.000,00
Saneamento	4.927.000,00
Gestão Ambiental	509.500,00
Agricultura	1.988.500,00

Indústria	150.500,00
Comércio e Serviços	49.500,00
Transporte	3.402.500,00
Desporto e Lazer	782.500,00
Encargos Especiais	1.050.000,00
Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL	56.000.000,00
TOTAL DA DESPESA POR FUNÇÃO	56.000.000,00

II – DESPESA POR ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

1 – DESPESAS COM RECURSOS DO TESOURO

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal	2.850.000,00
------------------	--------------

PODER EXECUTIVO

Gabinete da Prefeita – GABIN	854.000,00
Sub-Prefeitura Distr. Olhos D'água – SUB	6.000,00
Secretaria de Governo e Administração - SEGOV	5.186.500,00
Secretaria de Finanças e Planejamento – SFP	2.075.000,00
Secretaria da Educação - SEDUC	6.459.500,00
Secretaria de Urbanismo, Habitação e Obras Públicas - SEHOP	6.975.500,00
Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SEAGRI	1.988.500,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SEMCT	271.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMA	39.000,00
Secretaria da Indústria e Comércio - SIC	150.500,00
Secretaria de Transportes e Serviços Públicos - SETRAN	3.402.500,00
Secretaria da Juventude, Esportes e Lazer - SEJEL	782.500,00
Sistema de Controle Interno do Poder Executivo - SICI	91.500,00
Secretaria Municipal do Trabalho - SEMTRA	188.500,00
Fundo Municipal Direitos da Criança e Adolescente	27.500,00
Reserva de Contingência	280.000,00
FUNDEB	8.000.000,00
Fundo Municipal de Saúde	11.501.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	2.309.500,00
Fundo de Previdência	1.839.000,00
Reserva Técnica do RPPS	20.000,00
Fundo Municipal do Meio Ambiente	487.500,00
Fundo Municipal Habitação e Interesse Social	215.000,00
TOTAL	56.000.000,00
TOTAL DA DESPESA ÓRGÃO/UNID.ORCAM.	56.000.000,00



Art. 4º - Os fundos especiais, instituídos pelo Município, que recebam transferências à conta desta Lei, terão orçamentos próprios, elaborados e aprovados por ato do Poder Executivo.

Parágrafo Único – Os orçamentos próprios de que trata este artigo poderão ser suplementados por Decreto do Poder Executivo Municipal, na forma do Parágrafo 1º, do Artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - Em decorrência do disposto no art. 66, da Lei Federal nº 4.320/64, fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado, no interesse da Administração, a movimentar, por Órgãos Centrais, dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias e a redistribuir parcelas de dotações de pessoal, de uma para outra Unidade Orçamentária.

Parágrafo Único – As redistribuições de recursos de que trata este artigo não serão computadas para efeito do limite fixado no artigo 6º desta Lei.

Art. 6º - O Chefe do Poder Executivo Municipal é autorizado, de conformidade com a LDO para o exercício de 2013, nos termos do art. 7º e 43º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais de natureza suplementar, até o limite de 80% (oitenta por cento) do total da despesa fixada na própria lei, criando, se necessário, elementos e subelementos de despesa em cada projeto ou atividade.

§ 1º - A autorização de que trata o “caput” deste artigo não onerará o limite nele previsto, quando:

I – se tratar de mero remanejamento e, que não implique na mudança de uma classificação institucional para outra;

II – destinados a suprir deficiências nas dotações referentes a pessoal, serviço da dívida e débitos constantes de precatórios judiciais;

III – destinados a suprir deficiências de dotações relativas a transferências ao Estado e União Federal, nos casos em que a Lei determina a entrega dos recursos de forma automática, utilizando como fonte de recursos aquelas definidas no Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, observados os limites da efetiva arrecadação de caixa do exercício;

IV – destinado à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de vinculações constitucionais à Educação e à Saúde, de recursos destinados a convênios e da arrecadação própria dos Fundos legalmente instituídos.

§ 2º - Utiliza-se como recursos, para atendimento ao “caput” deste artigo, a anulação parcial e/ou total de dotações do próprio orçamento, excesso de arrecadação do exercício ou superávit financeiro, se houver, do exercício anterior.

§ 3º - Os Decretos de abertura de créditos adicionais no exercício de 2013 deverão ter numeração própria.

Art. 7º - Durante a execução orçamentária, a Chefe do Executivo Municipal fica autorizada a tomar as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e a realizar Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, até o limite previsto na Constituição Federal, para reforço de caixa.

Art. 8º - O Poder Executivo poderá fazer as adaptações necessárias para o enquadramento do presente orçamento, no PPA e, na LDO, para o exercício de 2013, sempre que houver necessidade de adequação, para atender prioridades do Município, respeitando sempre o estabelecido na L.C. 101/00.

Art. 9º - O Poder Executivo poderá utilizar o previsto nos artigos 7º e 43º da Lei Federal nº 4.320/64, somente até o montante da despesa fixada no orçamento de 2013.

Art. 10º - O valor previsto no orçamento, como Reserva de Contingência, será utilizado, pelo Poder Executivo, para cobrir as previsões insuficientes das despesas correntes e de capital, sem alteração do seu total.

Art. 11º - Nos termos da LDO, o presente orçamento poderá ser atualizado monetariamente no primeiro mês do exercício financeiro, com base no último trimestre e, no primeiro mês de cada trimestre subsequente, sempre com base nos últimos três meses, utilizando-se para tanto o INPC do IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alexânia, Estado de Goiás, aos
11 dias do mês de dezembro do ano de 2012.



MARIA APARECIDA GOMES LIMA
Prefeita Municipal